

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 117.646 - AL (2019/0268202-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**RECORRENTE** : JOSE CICERO LIMA CAVALCANTE (PRESO)  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

**DECISÃO**

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por JOSE CICERO LIMA CAVALCANTE contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, proferido no julgamento do HC n. 0801910-37.2019.8.02.0000.

Extrai-se dos autos que o recorrente foi preso em flagrante no dia 11/2/2019 pela suposta prática do crime tipificado no art. 16 da Lei n. 10.826/03 (porte ilegal de arma de fogo de uso restrito). Referida custódia foi convertida em preventiva.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte estadual, que denegou a ordem em acórdão assim ementado:

*PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. CRIME DE POSSE/PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE ELEMENTOS CONCRETOS, APTOS A JUSTIFICAR A SEGREGAÇÃO PROVISÓRIA DO PACIENTE. INOCORRÊNCIA. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA O DECRETO PRISIONAL. PACIENTE QUE POSSUI CONTRA SI SENTENÇA CONDENATÓRIA PELA PRÁTICA DE CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS EM PROCESSO CRIMINAL DIVERSO. NECESSIDADE DE GARANTIR A ORDEM PÚBLICA E DE EVITAR A REITERAÇÃO DELITIVA DO ACUSADO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO.*

*1 Devidamente fundamentada a decisão, objeto do presente writ, indicando expressamente os fatos do caso concreto, bem como fundada na materialidade delitiva e nos indícios de autoria, destacando a existência de outro processo criminal ao qual o paciente já fora condenado, afastada está a tese de embasamento abstrato da decisão.*

*2 - Entendimento jurisprudencial em sintonia com o caso, de forma que a manutenção da prisão preventiva se faz necessária quando presentes os requisitos da segregação.*

*3 - ORDEM CONHECIDA E, NO MÉRITO, DENEGADA (fl. 89).*

# Superior Tribunal de Justiça

No presente recurso, sustenta ausência dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, de modo que a custódia cautelar não estaria suficientemente fundamentada.

Alega que, caso reste condenado, será imposto regime diverso do fechado, pelo que seria desproporcional a manutenção da custódia.

Destaca suas condições pessoais favoráveis e a suficiência das medidas cautelares alternativas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal - CPP.

Requer, liminarmente e no mérito, a expedição de alvará de soltura em seu favor.

Indeferida a liminar (fls. 127/128) e informações prestadas (fls. 136/141), o Ministério Público Federal opinou pela prejudicialidade do reclamo (fls. 143/145).

É o relatório.

Decido.

O pedido está prejudicado.

Dos informes trazidos pelo Juízo singular, verificou-se que, em 16/10/2019, foi proferida sentença, concedendo ao ora recorrente o direito de recorrer em liberdade, tendo sido expedido alvará de soltura em seu favor (fl. 140)

Assim, constata-se a perda superveniente do objeto do reclamo.

Ante o exposto, com base no art. 34, XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, julgo prejudicado o presente recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator